

# MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E GEOGRAFIA: ALGUMAS NOTAS À COMPREENSÃO DA REALIDADE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO (MTST/PE)

URBAN SOCIAL MOVEMENTS AND GEOGRAPHY: SOME NOTES TO UNDERSTAND THE REALITY OF THE "MOVEMENT OF HOMELESS WORKERS"  
(PERNAMBUCO/BRAZIL)

Otávio Augusto Alves dos SANTOS<sup>1</sup>

## RESUMO

Nota-se nos últimos anos um forte crescimento do interesse pelo tema dos movimentos sociais urbanos no âmbito da geografia. Esse interesse, por certo, advém da nova diversidade de formas de lutas e novos conteúdos trazidos pelos ativismos contemporâneos. Essa novidade, por sua vez, tem exigido dos pesquisadores um esforço de entendimento das lutas sociais muito mais no sentido de suas particularidades do que de suas generalidades. Desse esforço, todavia, podem surgir diferentes incompletudes teórico-metodológicas, na medida em que a ênfase nas particularidades e a ausência de uma visão mais universalizante passam a se revestir de virtudes. Este escrito procura retomar uma leitura crítica radical sobre a realidade dos movimentos sociais urbanos, mas tomando o cuidado para não enveredar por propostas descoladas do real concreto, nem por propostas parciais, fragmentadas e encerradas em localismos. Tal reflexão dar-se-á, portanto, em virtude do estudo da realidade do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de Pernambuco através de sua atuação na Região Metropolitana do Recife. Procura-se demonstrar sucintamente a realidade desse movimento a partir de suas práticas espaciais, apresentando suas repercussões na produção e organização do espaço da cidade, ao passo que também se elenca os embargos que se apresentam à sua atuação no processo contínuo de transformação da cidade e da sociedade de um modo geral.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais Urbanos, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, Região Metropolitana do Recife

## ABSTRACT

It's noted in recent years a strong growth of interest in the theme of urban social movements within Brazilian geography. This interest, of course, comes from the diversity of new forms of struggles and new content brought by contemporary activisms. This newness has demanded from researchers an effort to understand the social struggles much more to its peculiarities than its generalities. From this effort, however, has arisen different theoretical and methodological incompletenesses, to the extent that the

---

<sup>1</sup> Geógrafo, Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE), membro do grupo de pesquisas Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU/UFPE) e colaborador do Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais (Observatório/PE).

emphasis on the particularities and the absence of a "more universalizing glance" have passed to be seen as a virtue. This written seeks resume a critical and radical reading of the reality of urban social movements, but taking care not to engage in proposals detached of concrete reality, and in partials proposals, fragmented and limited in localisms. Such reflection will occur, therefore, to the study of the reality of the Movement of Homeless Workers of Pernambuco in their action in the Metropolitan Region of Recife. I seek demonstrate briefly the reality of this movement from their "spaces practices", presenting its repercussions in the production and organization of city space, while also that I list the embargoes that present themselves to their performance in the continuous process of transformation of the city and society.

**Keywords:** Urban Social Movements, Movement of Homeless Workers, Metropolitan Region of Recife

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como moda, a geografia tem assistido nos últimos anos a um surto de interesse sobre a temática dos movimentos sociais urbanos no âmbito da produção intelectual. Como aponta Souza (2009b), essa nova onda de interesse pelo assunto decorre da necessidade de compreender uma nova safra de ativismos socioespaciais hoje insurgentes na realidade urbana que têm se empenhado em novas formas de luta, assim como têm colocado em pauta novos conteúdos. O caráter "novo" dos movimentos sociais contemporâneos diz respeito à elevação da categoria "cultura" nos modelos teóricos, à negação do marxismo como paradigma explicativo, à valorização do diverso e a refutação da busca de um único sujeito histórico, a valorização das "micro-relações de poder" e das diferentes formas de construção das identidades. Essas novas formas de se fazer dos movimentos sociais, por sua vez, têm exigido dos geógrafos formas de interpretá-los que atentem muito mais para as particularidades e a diversidade do social. Todavia, como veremos de maneira sucinta no decorrer desse escrito, se não pensadas de maneira crítica, tais formas de interpretação podem levar os pesquisadores a conclusões encerradas em determinações locais, restritas às particularidades e incapazes de subsidiar criações mais totalizantes.

Feitas essas considerações, queremos desde já comunicar que este trabalho situa-se enquanto uma tentativa de fazer frente à essa tendência fragmentadora e reducionista no pensar/agir contemporâneos, atentando para a totalidade dos modos de produzir e contraproduzir o espaço. Trata-se de uma tentativa de levar a termo a necessidade de articular o universal e o particular, o todo e as partes, como condição a uma postura

efetivamente dialética. Porém, por se tratar apenas de um dos resultados parciais do percurso científico o qual estamos trilhando junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, procuramos, dessa forma, realizar uma nova leitura ciente de que se tratam apenas dos primeiros passos rumo a uma longa empreitada científica, permeada por difíceis obstáculos teórico-metodológicos.

Portanto, partimos da necessidade de se fazer novas e atuais leituras críticas sobre a sociedade e seu espaço, mas tomando o devido cuidado para não cair em propostas parciais e fragmentadas. Não obstante, reconhecemos a necessidade de uma postura criativa e de constante aposta por parte do pesquisador na tarefa de construção dos modelos de interpretação do mundo, o qual ele deve empreender de maneira ativa. Este trabalho decorre da preocupação de demonstrar a importância que alguns movimentos sociais podem possuir na produção e organização do espaço urbano. Procuramos nele expor mais que uma trajetória de estudos, como também uma breve reflexão acerca da temática dos movimentos sociais urbanos e de como a geografia deve tratá-la. Realizamos tal reflexão, entretanto, para subsidiar o estudo da atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST/PE) na Região Metropolitana do Recife (RMR), nosso atual objeto de estudo. Buscamos analisar, então, quais as práticas espaciais empenhadas por esse movimento e em que medida tais práticas podem promover mudanças na ordem socioespacial vigente, sobretudo no que concerne à construção do direito à cidade, levando-se em consideração as especificidades dos lugares onde atuam e também as possibilidades ao menos de materialização de um espaço socialmente mais justo, mesmo diante do fortalecimento das relações capitalistas de produção ligadas ao regime de acumulação pós-fordista.

## **1. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E GEOGRAFIA**

Neste primeiro capítulo, procuramos desenvolver algumas colocações de ordem mais geral, que busquem subsidiar as análises feitas no segundo capítulo. Primeiro, construímos um sucinto quadro da produção intelectual sobre os movimentos sociais urbanos no âmbito da geografia brasileira. Depois, tentamos responder o que significam os movimentos sociais urbanos, estabelecendo desde então nossas opiniões. E, por fim, tentamos identificar o que há de pertinente nas ações desses movimentos para a geografia.

### 1.1. Brevíssima Síntese da Produção Intelectual Brasileira

Bastante substancial é a produção intelectual sobre os movimentos sociais urbanos na geografia, sobretudo na geografia brasileira. Todavia, a trajetória dos estudos vez ou outra revela uma negligência para com o componente espacial das práticas desses movimentos (algo desastroso se levarmos em consideração que essa é a grande preocupação dos geógrafos: identificar a *espacialidade* muitas vezes inerentes às práticas sociais). Essa negligência por vezes presentes nos estudos é devida, primeiramente, ao fato que os movimentos sociais sempre foram um fenômeno caro a definições simplistas. Com efeito, o componente espacial de suas ações nem sempre tem sido devidamente identificado. Depois, como aponta Souza (2006), tais estudos têm se dedicado muito mais ao entendimento das condições gerais e estruturalmente excludentes de produção do que ao entendimento das lutas sociais em si e, conseqüentemente, de seu componente espacial. Em outras palavras, há uma predominância da crítica das condições e dos processos socio-espaciais heterônomos sobre as tentativas de entendimento das espacialidades que tem possibilitado ganhos sociais em termos de autonomia<sup>2</sup> (SOUZA, 2008). Até mesmo os geógrafos filiados ao paradigma crítico não conseguiram desenvolver um referencial teórico da dinâmica espacial urbana como algo estruturalmente organizado, mas que também aberto a uma reconstrução ativa por parte dos diferentes atores sociais. Eles deram mais ênfase, portanto, ao desvelamento dos processos socioespaciais heterônomos, na implícita ideia de que apenas as lutas que se davam diretamente na base da estrutura socioespacial possuíam o caráter transformador. Por isso, os temas que dizem respeito a esfera da produção sempre se destacaram sob as tentativas de entendimento das espacialidades subversivas propriamente ditas e as contradições que permeiam a esfera da reprodução.

Mas é possível elencar uma série de estudos que se avultam no entendimento dos movimentos sociais e de suas práticas no Brasil. Devido destaque é preciso ser dado, via

---

<sup>2</sup> Os trabalhos desenvolvidos pelo autor dessas linhas, até então (SANTOS & CASTILHO, 2010; SANTOS, 2010; MAHMOOD & SANTOS, 2011), inscrevem-se no rol desses estudos. Admito a ausência de preocupações em torno do entendimento das práticas espaciais dos movimentos e lutas sociais e uma preocupação muito maior com a posição dessas lutas no processo de construção da cidadania dos brasileiros, por exemplo. Nessa curtíssima trajetória de vida intelectual, tenho vagado por inúmeras perspectivas teóricas e até me encorajei a construir algumas (SANTOS, 2011), trilhei caminhos bastante confusos e tenho percebido, cada vez mais, que o entendimento dos movimentos sociais deve começar, a priori, por suas práticas, algo que já vem sendo feito por outros estudiosos do assunto.

de regra, às contribuições de geógrafos agrários como Bernardo Mançano Fernandes que, entre outras reflexões, desenvolveu a distinção do que ele mesmo chamou de *movimentos socioespaciais* e *movimentos socioterritoriais* (sobre tal distinção ver o próprio FERNANDES, 1999 ou PEDON, 2009). Trabalhos como os de Porto-Gonçalves (2002, 2006a, 2006b) são importantes porque trazem importantes elementos para entender os ativismos sociais latino-americanos. No que concerne aos estudos dos movimentos sociais urbanos propriamente ditos, alguns trabalhos merecem destaque: os de Ribeiro (1982, 2002, entre outros) e Rodrigues (1992, entre outros), que são importantes porque trazem relevantes considerações para o entendimento das práticas desses movimentos. Destaque deve ser dado também a Bitoun (1993) que em brilhante trabalho pontuou algumas questões para a geografia urbana nos estudos sobre movimentos sociais. Ressaltamos também as contribuições de Castilho (2002, 2010a, 2010b) que privilegiam a construção de novos territórios por parte de alguns movimentos de bairro e de sem-teto em Recife (em especial os recentes trabalhos sobre a Ocupação Josué de Castro, lugar onde também tive a oportunidade de atuar enquanto intelectual-militante). Mas o maior destaque deve ser dado, sem sombra de dúvidas, aos esforços elucidativos e teórico-metodológicos de Souza (2004, 2006, 2008, 2009b, 2009c, 2010a, 2011), no que diz respeito aos estudos dos ativismos urbanos e, mais recentemente, dos movimentos sem-teto no Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Merecem ser notificadas também as recentes contribuições de Teixeira (2009) e Grandi (2009) que, junto as de Souza, tem subsidiado o entendimento dos ativismos urbanos brasileiros a partir de uma perspectiva mais interessada nos micro-processos produtores e atuantes no espaço, sobretudo aqueles cujas características imateriais se sobressaem.

## 1.2. O Que São os Movimentos Sociais Urbanos?

Mas, o que afinal são os movimentos sociais urbanos? Que tipo de práticas eles desenvolvem na produção e organização do espaço? Como dissemos, esses são conceitos bastante difíceis de serem definidos de maneira simplista, além de serem historicamente

---

<sup>3</sup> O destaque não deve ser dado somente às contribuições desse autor, mas também às dos pesquisadores e estudantes que juntos integram o Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD), ligado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A propósito, numa edição da revista CIDADES (Vol. 6, Nº 9, 2009) é possível verificar, em meio a diversos trabalhos, a profundidade das reflexões que vêm sendo desenvolvida naquele grupo, sobretudo no que concerne ao debate sobre as práticas espaciais e estratégias discursivas de movimentos sem-teto e *hip-hop* no Rio de Janeiro. Embora possam ser contestados em alguns aspectos teóricos, vemos tais estudos como dignos de nota, pois conseguem vislumbrar de maneira muito feliz a geograficidade dos ativismos sociais urbanos.

permeados por intensos debates<sup>4</sup>. Em geral, todos os ativismos sociais urbanos (de associações de bairros a movimentos de sem-teto) têm sido percebidos enquanto ações políticas decorrentes dos chamados “novos movimentos sociais”: categoria extremamente abrangente, mas que, em síntese, diz respeito a lutas sociais que se dão na esfera da reprodução, ou seja, que não operam diretamente a partir da contradição “capital x trabalho”, mas que atuam a partir de outras contradições, como as culturais, ambientais etc. Tais movimentos, segundo essa perspectiva, surgiram para revelar a importância de “outros atores” na criação histórica, diferentes daqueles que tradicionalmente são tomados como únicos sujeitos da história pela tradição marxista: a classe operária<sup>5</sup>. A forte presença e atuação desses novos movimentos sociais no mundo contemporâneo, com efeito, tem colocado em xeque qualquer definição do conceito de movimentos sociais urbanos a partir de uma estrutura teórico-explicativa rígida, fato que tem levado muitos estudiosos a enveredar por duas tendências bastante distintas: a primeira, fortemente

---

<sup>4</sup> Por opção, preferimos notificar apenas algumas contribuições que, no nosso entender, são importantes para o desenvolvimento do conceito de movimentos sociais urbanos no Brasil, levando-se em consideração os rebatimentos espaciais de suas lutas. Mas o conceito de “movimentos sociais urbanos” é fruto de debates relativamente antigos, envolvendo diversos campos disciplinares. Não pretendemos também expor sinteticamente esse debate aqui, mas recomendamos ver os principais autores da literatura com suas principais obras: Castells (2009 [1972]), Lojkin (1997), Borja (1975) e Touraine (1994).

<sup>5</sup> Ressalvas devem ser prestadas a essa alegação. Marx, fascinado com a possibilidade que poderia adquirir a classe operária (tomada como efetivo sujeito da história) no processo de construção da ordem socialista, mesmo não tendo dedicado atenção a muito outros atores sociais (como o famigerado *lumpemproletariado*) em momento algum negou a existência de outros sujeitos. Dizia ele que os trabalhadores sem renda fixa, tomados inclusive enquanto “parcelas passiva da velha ordem”, tendiam a se engajar muito mais facilmente nas atividades reacionárias em troca de favores do que no projeto revolucionário (ora, obviamente, quem não tem “o que comer” evidentemente está mais sujeito a qualquer tipo de cooptação em troca de um “prato de comida”). Observando nos dias de hoje, poderíamos supor que Marx engaiolou numa estrutura o processo de surgimento do movimento revolucionário, entendendo que apenas aqueles indivíduos devidamente integrados no modo de produção capitalista, na condição de operário assalariado, poderiam desencadear a superação do modelo societal ao qual estavam subjugados. Todavia, quem se utiliza dessa leitura, geralmente, esquece que, embora Marx tenha desvelado o fundamento geral da sociedade capitalista, “ele não era um vidente, muito menos um narrador teofânico”, capaz de num único relato explicar toda a história (apesar de ser um moderno, o próprio Marx nunca teve essa pretensão). A obra de Marx diz respeito, antes de mais nada, a uma determinada época (século XIX) e a um determinado lugar (Europa ocidental, sobretudo Inglaterra), e é importante sempre situá-la. O relativo desdém com que Marx trata o *lumpemproletariado*, por certo, deve-se ao fato de que ele não encontrou naquele segmento social (naquela época e naquele lugar) as condições e predisposições necessárias para desencadear a revolução que ele preconizou no Manifesto, o que não significa que Marx tenha sido moralista ou avesso às desordens, não enxergando características revolucionárias em segmentos sociais semelhantes em outros lugares e outras épocas. Pelo contrário, Marx apenas evidenciou o fato de que é quase impossível pensar no futuro e se engajar em alguma atividade revolucionária sem antes ter ao menos as condições mínimas de existência, e que a classe dominante sempre se utilizará de meios assistencialistas para exercer algum tipo de controle social.

influenciada pela tradição marxista (lembrando que essa tradição não corresponde necessariamente ao pensamento de Marx), tem negado a importância desses movimentos sociais enquanto protagonistas na transformação do modo de produção hegemônico; e a segunda, devidamente engajada no que se pode denominar de maneira bem generalizante como “teorias sociais pós-modernas”, tem evidenciado a importância dos novos movimentos sociais, admitindo-os em diversas esferas da vida social, mas limitando-se a isso na medida em que negligencia o estudo do seu lugar no todo da luta de classes.

O meio termo entre essas tendências corresponde, por certo, a uma opção teórico-metodológica mais sensata, sobretudo quando se objetiva compreender os ativismos urbanos latino-americanos. A propósito, uma minuciosa incursão na realidade sócio-política desse continente a partir de uma leitura mais aberta (algo que infelizmente não cabe nesse trabalho), com certeza, levar-nos-ia à constatação de que a grande maioria dos ativismos sociais urbanos insurgiu na esfera da reprodução. Mais que isso, se expandíssemos o leque de análise em torno das lutas sociais de maneira geral, chegaríamos à mesma conclusão (é isso que nos fala Touraine em diversos trabalhos [1989, 1994, 1998]). Por outro lado, tal constatação também levar-nos-ia a crer, numa leitura mais ortodoxa, que não haveria lutas urbanas na esfera da produção na América Latina<sup>6</sup>. Longe destas leituras, partindo da ideia de que não é possível conceber uma separação radical (exceto metodológica) entre produção e reprodução<sup>7</sup>, podemos então

---

<sup>6</sup> Touraine (1989), em uma de suas mais lúcidas obras sobre o desenvolvimento na América Latina, contradiz essa perspectiva. Quando tenta responder se existem classes sociais (e, conseqüentemente, lutas de classe) no continente latino-americano, este autor conclui que sim, mas de maneira peculiar, pois esse continente, afirma o autor, possui uma pluralidade de segmentos sociais e sistemas de estratificação, fato que impossibilita uma interpretação da idéia de classe a partir de sua acepção européia clássica, ou seja, enquanto segmentos socio-profissionais. O que Touraine realiza nada mais é do que uma análise efetivamente marxiana, pois como essa perspectiva nos ensina, o conflito de classe deve ser interpretado a partir das condições histórico-geográficas concretas.

<sup>7</sup> Como nos adverte a teoria marxiana, devidamente resguardada em Lukács (*apud* LESSA, 2001), no desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho realiza um efeito que vai muito além de sua realização, suas conseqüências objetivas e subjetivas não se limitam à produção dos objetos pela transformação da natureza, mas se estendem a uma outra esfera que lhe confere significado e possibilita sua manutenção. Nessa esfera reprodutiva, as novas necessidades e possibilidades construídas pelo trabalho induzem o surgimento de novas relações sociais que se organizam sob a forma de complexos sociais (o Direito, o Estado, a Ideologia). Tais complexos sociais, por sua vez, possibilitam a realização do trabalho, mas ao mesmo tempo exercem uma atuação sobre ele, na medida em que o próprio desenvolvimento social cria hábitos e costumes sociais novos, o que impulsiona o surgimento de novas formas de transformar a natureza, novas formas de trabalho. Há, portanto, uma relação dialética entre as esferas produtivas e reprodutivas. Da mesma forma, a luta de classes que se dá na base do processo produtivo, em torno da apropriação dos frutos do trabalho, possui um componente político e ideológico, assim como as lutas políticas e culturais correspondem também, no limite, a lutas na esfera da produção.

vislumbrar a conciliação entre os diferentes conteúdos das lutas sociais. As lutas na esfera da reprodução, dessa forma, devem ser vistas enquanto formas transitórias das lutas de classe. Interpretando dessa forma, estaremos, por fim, de acordo com o que afirma Evers, Muller-Platenberg e Spessart (1985, p. 124) em excelente trabalho sobre os movimentos de bairro na América Latina: “Não há luta de classes que não seja também uma luta pelas condições de reprodução da classe trabalhadora; portanto, tampouco há luta por melhores condições de vida que não seja parte da luta de classe”.

Tomando tais premissas por base, acredito que é possível fazer algumas aproximações sobre o conceito de “movimentos sociais urbanos”. Nossa posição vai um pouco de acordo com o que afirma Souza (2009b), compactuando com autores como Touraine e Castells. Para ele, pois, o próprio conceito de movimento social não diz respeito a toda e qualquer ação coletiva, independente do grau de organização, ambição e escala temporal. Souza defende que movimento social “[...] é um termo que deve ser reservado para ações coletivas organizadas, de caráter público e relativamente duradouras, particularmente ambiciosas” (*Ibidem*, 2009b, p. 9-10). Movimentos sociais urbanos são, para este mesmo autor, ações coletivas organizadas que não são temporalmente pontuais e possuem grandes pretensões (no sentido da transformação da ordem espacial urbana hegemônica). Nessa mesma via de entendimento, compreendemos os movimentos sociais urbanos como um *conjunto de práticas socio-espaciais organizadas, frutos de experiências comuns e que tem a cidade como palco e trunfo de sua atuação, visando intervir nesse espaço no intuito de torná-lo territorialmente mais justo*. Colocamos sobre tais termos (práticas socioespaciais organizadas) porque entendemos como algo dinâmico, passível a mudanças, mesmo que duradouros e ambiciosos, não podendo ser concebido como um bloco homogêneo em valores e estratégias de ação política. Mas, diferente de alguns autores, percebemos os movimentos sociais urbanos enquanto uma faceta das ações históricas inerentes a determinadas classes sociais (tomando por base a revolucionária noção de classe trazida por Thompson [1987]<sup>8</sup> no mais rico relato sobre a formação da

---

<sup>8</sup> Thompson, um dos mais representativos historiadores marxistas ingleses (ao lado de Hobsbawm) e fundador do que convém designar “marxismo culturalista” (embora fosse mais coerente atribuir tal título à Gramsci), evidencia a importância da experiência, por exemplo, na formação da classe. Vejamos o que ele diz ainda no prefácio do mais rico relato sobre a formação da classe operária inglesa: “Por classe, entendo um fenômeno histórico [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. [...] Como a tosca noção de classe atribuída a Marx pode ser criticada sem dificuldades, assume-se que qualquer noção de classe é uma construção teórica perjorativa, imposta às evidências. Nega-se absolutamente a existência da classe. Sob



classe operária inglesa) e que, por isso, não deve ser desintegrado e entendido como qualquer luta ou ativismo social como os que periodicamente insurgem na vida pública (notadamente as marchas, passeatas e ocupações pontuais e sem grandes pretensões).

No nosso entender, nenhum movimento social urbano deve ser entendido a partir de sua situação num dado sistema de relações socioespaciais, devendo ser concebido como um conjunto de ações coletivas dinâmicas, oriundas de experiências comuns, mas que no percurso de seu “fazimento” identificam-se enquanto grupo (classe), delineando seus opositores e a necessidade histórica de superação das condições que os determinam. Em outros termos, assim como dito anteriormente, não se pode pensar que os movimentos sociais urbanos nascem por conta de determinadas condições decorrentes de um dado modo de produção, mas também (e, sobretudo) em relação a diversos motivos concretos que se situam na esfera da reprodução (individual e familiar), motivos esses onde a dimensão cultural-simbólica pode ocupar centralidade. Contudo, em sua realização (na relação com o Estado e as demais forças heterônomas, nas desilusões, nos processos educativos, no seu próprio desenvolvimento), esses movimentos identificam o lugar que ocupam no modo de produção hegemônico<sup>9</sup>, ao passo que passam a compreender, em termos castoriadianos, os quadros que embargam sua autonomia<sup>10</sup>.

---

outra forma, e por uma inversão curiosa, é possível passar de uma visão dinâmica para uma visão estática de classe. [...] [Todavia], a classe é uma relação, e não uma coisa [...] “Ela” não existe, nem para ter um interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajustes” (THOMPSON, 1987, p. 9, 10 e 11) (acrêscimos e destaques nossos).

<sup>9</sup> Tal como representado de maneira muito rica no filme “1900” (1976) do diretor italiano Bernardo Bertolucci, os desejos mais íntimos de afirmação da identidade é que transparece primeiro nas lutas sociais, antes mesmo da formação do que se poderia chamar “consciência de classe”. O aclamadíssimo longa-metragem do diretor italiano realiza um resgate histórico da Itália desde o início do século XX até o fim da Segunda Guerra Mundial, mostrando o sempre irresoluto conflito entre os camponeses de uma fazenda para com as condições de vida impostas pelos seus patrões que, em diferentes momentos e sob diferentes contextos, externalizam aos trabalhadores as consequências dos momentos de crise na produção. Tal conflito, por sua vez, influencia desde sempre a amizade entre *Olmo* e *Alfredo* (Gérard Depardieu e Robert De Niro, respectivamente), protagonistas da trama e que pertencem a classes sociais distintas, sendo Alfredo o filho do patrão e o Olmo filho bastardo de um camponês. O desejo de se afirmar diante de um quadro de forte heteronomia é o que figura as atitudes subversivas dos camponeses que no seu fazimento enquanto coletividade vão se apropriando de valores mais universais como a própria idéia de classe, de revolução, fim da propriedade privada etc., somando sua luta por melhores condições de vida com a transversal luta histórica de sua classe.

<sup>10</sup> Grosso modo, O sujeito autônomo é aquele cuja atuação no mundo é regulada por ele mesmo. Trata-se do indivíduo que se dá suas próprias leis. A coletividade autônoma, por sua vez, corresponde aquela que se auto-institui, ou seja, que tem como fundamento de sua organização a autonomia política. Já a autonomia política, segundo o filósofo grego-francês Cornélius Castoriadis (1983; *apud* SOUZA, 2010b), constitui-se numa alternativa política ao modelo de democracia representativa ocidental que busca contestar todo tipo de heteronomia instituída para a construção de uma sociedade radicalmente democrática e constantemente instituinte. Em outras palavras, trata-se de um modelo de organização social que procura destruir todo e qualquer

### 1.3. A Geograficidade das Ações dos Movimentos Sociais Urbanos

Mas o que importa saber, na geografia, é a geograficidade muitas vezes inerentes às ações dos movimentos sociais urbanos, ou seja, para a geografia o que interessa no estudo dos movimentos sociais são suas práticas socioespaciais (ou simplesmente espaciais). Estas práticas, por sua vez, tratam-se, em síntese, de ações que têm como motivo e resultado certa conformação socioespacial, ou como apregoa Souza (2010, p. 13), são “práticas sociais densas de espacialidade”. No Brasil, quem primeiro nos fornece uma conceituação digna de nota a respeito das práticas espaciais é Corrêa (2009 [1995]). Para este autor, elas correspondem a

[...] um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais [...] são ações que contribuem para garantir os diversos projetos [sociais]. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução (Ibidem, p. 35) (acréscimo e grifo nossos).

Nesse mesmo trabalho, Corrêa ainda lista as diferentes práticas espaciais, a partir da perspectiva por ele adotada: *seletividade espacial, fragmentação/remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora*. Sua tipologia, entretanto, privilegia muito mais as práticas desempenhadas por uma empresa capitalista, do que aquelas oriundas da sociedade civil e, por isso, não cabe tomá-las por base para pensar a atuação dos movimentos sociais que nos interessam nesse trabalho.

Moreira (2001), em excelente trabalho sobre as categorias espaciais de construção das sociedades, afirma que as práticas espaciais são os meios pelos quais o homem produz o seu espaço, instaurando a relação dialética entre ambos, onde o homem está para o espaço assim como o espaço está para o homem. A partir da concepção de espaço por ele adotada (um sistema de posições geográficas), Moreira (2001, p. 01) afirma que “as práticas espaciais são ações que têm por base o binômio localização-distribuição [...]”, sendo esse binômio o elemento que “[...] garante o caráter geográfico da configuração do espaço que as práticas espaciais dão à sociedade por meio delas construídas”. Dessa forma, Moreira afirma haver três fases no próprio processo de construção geográfica das

---

tipo de separação entre aqueles que governam e aqueles que são governados, ao passo que permite que suas leis sejam constantemente revistas para atender as reivindicações de todos aqueles que têm suas liberdades tolhidas pela instituição da sociedade.

---

sociedades: a da *montagem*, em que a mais primordial das práticas espaciais se realizaria, a *seletividade*; a do *desenvolvimento*, tendo como práticas próprias a essa fase o processo de *tecnificação*, a *diversidade*, a *unidade*, a *tensão* (localização x distribuição), *negatividade* (unidade x diversidade, homogenia x heterogenia, identidade x diferença), *hegemonia*, *recortamento*, *escala* e *reprodutibilidade*; e por último, a fase de *desdobramento*, pela qual se realizariam práticas como a *mobilidade*, a *compressão*, a *urbanização*, a *fluidificação*, o *hibridismo* e a *sócio-densificação*. Sendo que todas essas práticas realizam-se de maneira dinâmica e, em alguns casos, simultâneas, tendo o processo de *reestruturação* como aquele que reinicia todo o movimento.

A concepção trazida por Moreira é extremamente interessante, mas por se tratar de práticas que dizem respeito à construção de toda a sociedade, não interessa totalmente ao estudo da atuação de movimentos sociais urbanos, pelo menos a priori, sendo útil apenas quando voltamos nossa atenção às repercussões das verdadeiras práticas dos movimentos sociais no todo do espaço.

Souza (2010), por seu turno, é quem nos traz a melhor contribuição, na medida em que efetivamente preocupa-se com a ação dos movimentos e lutas sociais, trazendo uma tipologia de diferentes práticas espaciais insurgentes. Para esse autor, seis são as práticas espaciais provenientes dos ativismos socioespaciais urbanos contemporâneos:

i) *Territorialização em sentido estrito*: territorialização efetiva com a presença física dos atores, sobejamente praticada pelos sem-teto, sem-terra, os piquetes argentinos e, para usar o exemplo dado pelo autor, os *squatted buildings*;

ii) *Territorialização em sentido amplo*: apropriação do espaço sem que necessariamente haja a presença física dos atores, como é o caso da grafiteagem que infringe regras e normas cristalizadas por meio de símbolos e mensagens provocativas;

iii) *Refuncionalização/reestruturação do espaço material*: modificações ou mesmo transformações no espaço material, a revelia da ordem heterônoma, para adaptá-los aos usos e necessidades de quem dele se apropria;

iv) *Ressignificação de lugares*: atribuições de outros significados a formas espaciais presentes no espaço urbano. Trata-se, portanto, de algo que ocorre estritamente no âmbito do simbolismo e da cultura, embora possua rebatimentos no mundo da concretude;

v) *Construção de circuitos econômicos alternativos*: desenvolvimento de circuitos econômicos alternativos que tentam desencadear diferentes modos de produção (controle do processo produtivo pelos trabalhadores, trabalho associado, horizontalidade das

relações, redes de trocas justas e solidárias) no intuito de fazer frente ao modelo capitalista.

vi) *Construção de redes espaciais*: articulação em redes intra e interescares entre diferentes ou semelhantes lutas, no intuito de agir de maneira sinérgica tanto no âmbito local, como no global, além de dar maior visibilidade a lutas muitas vezes circunscritas em lugares remotos.

Todas essas práticas não ocorrem de forma isolada, ou mesmo em estado puro, mas concomitante a outras e nunca de maneira plena. Por dedução poderíamos dizer que o MTST/PE, por exemplo, possui como principal prática a territorialização em sentido estrito e em sentido amplo, ao passo que, vez ou outra, esboça reestruturas no espaço material, tendo recentemente procurado articular-se em redes intra e interescares de luta por moradia (veremos mais detalhadamente suas práticas no subcapítulo 2.3). Não é nosso interesse, neste escrito, apenas analisar quais dessas práticas são verificadas na atuação do MTST/PE, pois nosso objetivo consiste em identificar suas práticas a partir de sua atuação real. Todavia, tomaremos por base essa contribuição de Souza, num sentido crítico.

## **2. O MTST/PE E SUA ATUAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE**

Procuramos, neste capítulo, realizar uma breve incursão analítica sobre a realidade do MTST em sua atuação na RMR. Boa parte da reflexão que segue diz respeito ao trabalho de conclusão de curso de graduação do autor deste texto, realizado em 2010 sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho, do Departamento de Geografia da UFPE. Neste caso, tentamos aproveitar todo o material coletado em 2010, além de outras informações adquiridas em 2011 por meio de pesquisas exploratórias e outras fontes (ainda pouco sistematizadas). Neste capítulo, procuramos demarcar onde se situam as práticas desse movimento no conjunto dos ativismos socioespaciais urbanos historicamente atuantes na RMR. Depois, historiamos, brevemente, o surgimento e a trajetória desse movimento no estado de Pernambuco, para então identificar e analisar as práticas espaciais empenhadas por ele na RMR. Por fim, buscamos refletir que repercussões emplacam as práticas desse movimento no todo da própria produção e organização do espaço urbano metropolitano.

## 2.1. Os Ativismos Socioespaciais na Região Metropolitana do Recife

A cidade do Recife, assim como toda a sua região metropolitana, sempre foram palco para atuação dos movimentos de base territorial, organizados em torno das situações de precariedade existentes em seus bairros, vilas ou favelas, articulados pela Central de Movimentos Populares e pelos Fóruns de Reforma Urbana. Essas lutas representavam a insurgência de “novos personagens” na vida pública que passaram a fomentar uma série de ativismos sociais que, por seu turno, operavam com satisfações outras que não aquelas presentes na esfera da produção.

Sader (1988), em obra que inaugura uma explícita preocupação pelos chamados “novos movimentos sociais”, mostra-nos a insurgência mais forte desses novos personagens na cena pública a partir da década de 1960. Esse autor chama a atenção para a capacidade transformadora imanente a esses personagens, ao passo que afirma a necessidade de se empreender novas formas de pensá-los. Não por acaso, a obra de Sader inscreve-se no âmbito do fortalecimento dos movimentos sociais urbanos, fenômeno crescente nas grandes cidades brasileiras: a série de associativismos locais que ocorrem em Recife a partir da década de 1970 ilustra bem essa constatação. É nessa década que, entre outras coisas, surge o Movimento Terras de Ninguém nos morros de Casa Amarela (bairro popular do Recife), importante movimento de luta por moradia que envolveu mais de quinze (15) mil famílias. Na verdade, ativismos de base territorial (os chamados movimentos e/ou associações de bairro) existiam em Recife desde a década de 1930<sup>11</sup>, sendo que nas décadas de 1950, 60 e, sobretudo, nas de 1970 e 80, eles cresceram em amplitude e força política, fato que os levaram a obter diversas conquistas no âmbito do direito à cidade. O objetivo destas linhas não é pormenorizar a atuação desses movimentos, mas para obter maiores detalhes recomendamos ver César (1985), Souza (2007), Miranda e Moraes (2007), Castilho (2002), Santos & Castilho (2010).

Mas outra forma de luta surge mais recentemente na realidade urbana brasileira que, mesmo ainda operando na esfera da reprodução, passaram a empreender novas formas de ação política e modelos organizacionais. Trata-se do surgimento de movimentos sociais urbanos especificamente de luta por moradia, os sem-teto ou sem-casa, que passaram a ocupar terrenos urbanos, construindo suas precárias moradias com madeiras, lonas e restos de materiais de construção. Esses movimentos, por sua vez, surgiram em

---

<sup>11</sup> Foi nessa época, por exemplo, que surgiu a Liga dos Proprietários da Vila São Miguel, no bairro de Afogados, as Sociedades Mixtas Largo do Viveiro de Afogados, 30 de Setembro, Largo dos Pescadores da Estrada dos Remédios e as demais associações populares que não possuíam registro em cartório (CÉZAR, 1985 *apud* CASTILHO, 2002)

Recife como uma espécie de resultado da fragmentação dos movimentos e associações de bairro, aproveitando a tradição de lutas acumuladas por lideranças desses movimentos, mas expandindo as reivindicações para além dos bairros.

Esses movimentos sem-teto funcionam como verdadeiros gerenciadores de famílias economicamente muito pobres, organizando mobilizações, ocupações e efetivando todos os processos legais e burocráticos até que essas famílias sejam atendidas por programas habitacionais de interesse social. Os sem-teto, por sua vez, são famílias de baixo ou baixíssimo poder aquisitivo que não possuem condições de adquirir moradias pelas vias tradicionais de aquisição, não possuindo um lugar na cidade e, por isso, vivendo como verdadeiros “migrantes intra-urbanos”. Tais condições os fazem perpassar constantemente por profundos processos de redefinição territorial e readequações identitárias, o que, conseqüentemente, condena-os a possuir enormes dificuldades para desenvolver uma identidade própria e duradoura. É por isso que não há, por parte deles, uma única auto-definição: ora se colocam enquanto trabalhadores, ora como desempregados, ora como “favelados” etc.

Em geral, a categoria “sem-teto” surgiu em decorrência do próprio modelo de ordenamento historicamente vigente na realidade urbana brasileira, de um modo geral. A atuação dos modernos e excludentes planos de organização do espaço das cidades nunca forneceram possibilidades concretas de inclusão para a parcela da população sem trabalho e renda fixa. Por conta disso, desenvolveu-se uma enorme massa de indivíduos que não conseguiram adequar-se às regras e normas que caracterizam o ordenamento territorial urbano da modernidade (semi)periférica, não atendendo as exigências de acesso à moradia por meio do mercado imobiliário ou das exigências mínimas dos programas habitacionais governamentais.

Os movimentos sem-teto surgiram, então, na tentativa de dar voz ao conjunto de indivíduos que não conseguiam participar da cidade, na perspectiva de contra-argumentar os discursos da modernização excludente e da cidadania burguesa, mostrando o que ninguém queria ver, uma realidade inconveniente. Essa última constatação está clara, por exemplo, no processo de surgimento do MTST em nível nacional. Quando, em 1997, João Pedro Stédile (líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST) incitou ocupações em terrenos urbanos baldios em Campinas/SP. Rapidamente o governo federal tentou taxar Stédile como estimulador de badernas, inclusive tentando mover contra ele um processo jurídico (RODRIGUES, 2002). A existência de indivíduos considerados

“anômalos” a ordem burguesa deveria ser reprimida, ou simplesmente criminalizada, pois representava algo incômodo.

## **2.2. Surgimento e Trajetória do MTST/PE**

Em Recife, o MTST surgiu a partir de choques de interesses e objetivos entre lideranças pertencentes a diversos partidos e movimentos sociais que atuavam na ocupação do prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), localizado no bairro de Santo Antônio, centro do Recife, em 1999. Essa ocupação, por sua vez, foi resultado de uma marcha encabeçada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) que, juntos com outros movimentos sociais (estudantis, sindicais, além de segmentos progressistas da Igreja Anglicana), compunham o Fórum de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania.

Mesmo congregando uma grande quantidade de movimentos sociais e entidades civis, a ocupação do prédio do INSS foi atribuída (sobretudo pela mídia impressa) ao Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (MUST), movimento esse ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e que já vinha atuando em outras ocupações na RMR desde 1996. É na referida ocupação, envolvendo cerca de 780 famílias, que ocorre a cisão entre MUST e o grupo que mais tarde iria fundar o MTST/PE. Esse grupo de lideranças, muito mais próximas ao MST e ao Partido dos Trabalhadores (PT), afastaram-se da ocupação opondo-se ao MUST devido a discordâncias com relação a algumas de suas práticas, construindo uma enorme base de debates que, após um encontro realizado na fazenda Normandia em Caruaru/PE, em Fevereiro de 2000, construíram a bandeira e os princípios do MTST Pernambuco.

Desde a primeira ocupação excepcionalmente coordenada pelo MTST em Recife - a que se iniciou em um terreno da Prefeitura do Recife (PCR) no bairro da Torre, em 28 de Janeiro de 2000 - até sua consolidação enquanto importante movimento social urbano por meio de suas ocupações (Tabela 01, Figura 01 e 02), o MTST cresceu em importância e níveis de articulação, tornando-se o maior movimento sem-teto em atuação na RMR.

Tabela 01: **Ocupações atualmente coordenadas pelo MTST/PE na RMR**

| OCUPAÇÃO                                | MUNICÍPIO              | Nº DE FAMÍLIAS  | SITUAÇÃO                                                                  |
|-----------------------------------------|------------------------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------|
| <b>Lagoa da Conquista</b>               | Recife                 | 800             | Atuantes no local                                                         |
| <b>Campo Grande/Favela de Plástico</b>  | Recife                 | 30              | Atuantes no local                                                         |
| Fundão/Campo Grande                     | Recife                 | Sem informações | Parte alocada no Conj. Res. Zeferino Agra                                 |
| Arruda                                  | Recife                 | Sem informações | Dispersos na casa de parentes ou recebendo Auxílio Moradia, mas atuantes. |
| Cruz Vermelha                           | Recife                 | Sem informações | Dispersos na casa de parentes ou recebendo Auxílio Moradia, mas atuantes. |
| Posto 11                                | Recife                 | Sem informações | Dispersos na casa de parentes ou recebendo Auxílio Moradia, mas atuantes. |
| <b>Rua da Linha/Ponte dos Carvalhos</b> | Cabo de Sto. Agostinho | 120             | Atuantes no local                                                         |
| <b>N. S. do Ó/Terreno da Creche</b>     | Ipojuca                | 600             | Parte recebendo Auxílio moradia, parte atuante no local.                  |
| <b>15 de Novembro</b>                   | Paulista               | 136             | Atuantes no local, mas prestes a receber o conjunto habitacional.         |

Elaboração: Otávio Augusto, 2012

Nota: destacamos em negrito as ocupações hoje vigentes e politicamente atuantes.



Figura 01: **Esgoto a céu aberto na ocupação Lagoa da Conquista**  
Fotos: Otávio Santos, 2010



Figura 02: **Ocupação no Edifício Trianon, no Centro do Recife**  
Fotos: Otávio Santos, 2010

Meio através do qual tornou possível a insurgência de novos personagens na vida pública, mesmo que apenas em nível local, o MTST/PE ganhou importância e visibilidade política a ponto de ter seus interesses considerados na formulação dos planos de ordenação do espaço urbano, sobretudo no contexto da administração petista. Os inúmeros programas habitacionais hoje vigentes e coordenados pela prefeitura já reconhecem, mesmo que timidamente, a existência de entidades que representam os destituídos do direito de morar. Além disso, esse movimento atua fortemente na formulação dos planos urbanos por meio dos instrumentos participativos hoje existentes graças ao Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001).



### 2.3. As Práticas Espaciais Empenhadas pelo MTST/PE na RMR

A principal prática espacial empreendida pelo MTST, na RMR, são ocupações de terrenos e/ou edificações que não estão exercendo sua função social, seja para fins de moradia ou para fins políticos (quando ocupações são realizadas sem pretensões explícitas das famílias permanecerem no local) (Figura 03 e 04). Trata-se, dessa forma, de *territorializações em sentido estrito*, no primeiro caso, e *territorializações em sentido amplo*, no segundo. Sendo que a primeira forma sempre foi mais recorrente.



Figura 03: **Momento exato de uma ocupação** (que mais tarde viria a se chamar “Favela de Plástico”) no bairro de Campo Grande, Recife/PE, em Outubro de 2010  
Autor: Otávio Augusto, 2010



Figura 04: **Divisão dos lotes e montagem dos primeiros barracos da Ocupação Campo Grande (Favela de Plástico)**  
Autor: Otávio Augusto, 2010

O discurso que sempre justificou - pelo menos de início - as práticas das ocupações foi o de atribuir novas finalidades a alguns espaços da cidade que antes funcionavam como locais propícios à violência: assaltos, estupro e assassinatos. Dessa forma, os sem-teto do MTST/PE sempre desencadearam, mesmo que de maneira muito tímida, uma *ressignificação* de alguns territórios da cidade, na medida em que se colocavam como os “pacificadores” desses lugares violentos, muitas vezes estigmatizados por ocasiões de tráfico de drogas ilegais.

Durante as décadas de 1990 e 2000 até os dias atuais, o *apartheid* socioespacial entre a cidade ordenada e a cidade desordenada - esta última manifestada nos territórios desordenados e heterotópicos - acirrou, de certa forma, os conflitos geopolíticos urbanos. Desde então, a cidadania burguesa sempre reconheceu apenas aqueles que possuem um endereço formal, quem paga impostos, quem trabalha, quem é “cidadão-de-bem”. Quando os indivíduos que se encontram fora dessa ordem conseguem aparecer, quando tentam

mostrar que existem, por meio de sua ação política, logo são tidos como desordeiros, contrários à lei, à ordem pública e à segurança burguesa. Tal estigmatização cresce ainda mais quando esses indivíduos produzem suas formas espaciais, ou quando promovem *modificações no espaço material* por meio da construção de seus barracos, ou mesmo das adaptações físicas necessárias ao seu cotidiano de trabalho, por exemplo (boa parte dos sem-teto trabalham na economia informal e, em decorrência disso, territorializam espaços públicos estratégicos e promovem algumas modificações espaciais em seu local de trabalho, como a armação de barracas, construção em concreto da base de suas barracas etc.). É nesse momento que, para conter o aparecimento de outra ordem no bojo das contradições da ordem hegemônica, são acionados os mecanismos coercitivos de controle dos espaços e dos corpos (a ação policial). Esses mecanismos, por seu turno, não tomam em consideração que “a condição de sem-teto, ou simplesmente de pobre, não exclui o fato de que se tratam também de seres humanos”, tendo em vista a violência de que por vezes se utilizam em ações de reintegração de posse. Isto é claramente expresso pela selvageria com que, muitas vezes, os sem-teto foram/são tratados pelos mecanismos de repressão do Estado em despejos na RMR. E a repercussão das ocorrências violentas (Figuras 05 e 06) aumenta, gradativamente, a visão deturpada da realidade dos sem-teto que existe no imaginário social de toda a cidade, na medida em que a mídia, em suas interpretações conservadoras, termina criminalizando os movimentos, tornando as suas lideranças verdadeiros vilões da ordem pública (que não é pública, mas apenas privada, diga-se de passagem).



Figuras 05 e 06: **Conflitos entre policiais e sem-teto em frente ao palácio do governo (01/10/2007)**

Autor: Alexandre Severo, publicado no JC On-Line, em 02 de Outubro de 2007

Vale lembrar, também, das territorializações em sentido amplo que acontecem quando da ocorrência de passeatas e protestos pelas ruas da cidade, vez ou outra

reprimidos ou simplesmente mal quistos pelos agentes da ordem hegemônica. Outra prática mais recente realizada pelos MTST/PE diz respeito à construção de redes socioespaciais intra e interescales. Sobre esse último ponto, iremos tratar pormenorizadamente mais adiante.

Mesmo agindo pela ilegalidade e com a repressão policial, o MTST adquiriu, como dissemos, uma relativa força política, ao exigir dos governos locais a garantia do direito de morar. Porém, em Recife, ele sempre sofreu com certa ausência de um sentimento de grupo forte, bem como uma articulação e ação mais sistemáticas (assim como os demais movimentos sem-teto), características imprescindíveis para seu fortalecimento enquanto conjunto de práticas efetivamente transformadoras. Essas características, ao contrário, são muito fortes nos movimentos do campo, como o MST.

A enorme força política do MST, sua representatividade enquanto possibilidade de contra-hegemonia no campo e o nítido delineamento do seu projeto de organização territorial ocorrem porque, na realidade agrária, os “inimigos” (a oposição) da justiça territorial são muito mais claros: o latifúndio, o agronegócio etc. A capacidade de definição identitária para os movimentos do campo é muito mais fácil que para os movimentos da cidade. Isso porque, como dito anteriormente, os habitantes da cidade são verdadeiros migrantes intra-urbanos que perpassam por crises de definição territorial e identitárias. Assim, para o MTST/PE, o triplo *identidade, oposição e totalidade* de que fala Touraine (*apud* GOHN, 2008), elementos necessários a qualquer movimento social, nem sempre são bem definidos.

## **2.4. As Práticas Espaciais e o Todo do Espaço Urbano**

O melhor amigo não é aquele que sempre concorda, mas aquele que alerta os desvios e as incoerências de seu companheiro! É dessa forma, em termos diferentes, que o próprio Souza (2009b, 2010a), em diversos trabalhos, afirma a importância de se desenvolver críticas construtivas (significa dizer que são propositivas) em relação às práticas dos movimentos sociais urbanos. E é a isso, dentre outras coisas, que se destina este item.

Mesmo com as dificuldades de definição enquanto identidade e oposição é inegável a importância do MTST/PE na produção e organização do espaço urbano metropolitano. Suas práticas inscrevem-se, essencialmente, no âmbito da reprodução do espaço, haja vista que sua própria luta opera na esfera reprodutiva. Mas as repercussões de tais práticas tem lá sua importância no que concerne a transformação do modo de produção e

organização hegemônico do espaço, sobretudo porque elas se efetivam no âmago do questionamento da propriedade privada, do mercado imobiliário e da ação dos demais agentes produtores do espaço urbano capitalista. Por isso, em decorrência de suas práticas, além de certos ganhos relativos a promoção de algum tipo de cidadania para as famílias sem-teto da RMR – que destaco logo abaixo – há também avanços no contínuo processo de transformação da cidade e da sociedade como um todo.

i) *A conquista de moradias*: as territorializações em sentido estrito, em grande parte, tem por pretensão a conquista de uma moradia (diga-se de passagem, toda a luta do MTST/PE tem por fim essa conquista). Mesmo não sendo tudo do que se necessita conquistar quando se tem por objetivo o direito à cidade, a posse de uma moradia é um primeiro passo na conquista de outros direitos sociais e políticos que permitem a reprodução das classes oprimidas, tendo em vista que, para o gozo de qualquer outro direito, é necessário, antes de tudo, ter um endereço. A moradia, mesmo entendida enquanto um bem, possui sua importância, também, no que diz respeito ao desenvolvimento de lutas mais radicais, pois se constitui num meio de “proletarização” daqueles cujas condições de vida exigem total dedicação de seu tempo à garantia de sua sobrevivência e conforto. A conquista da casa é um primeiro passo à construção de lutas mais fortes por parte daqueles que não possuem tempo hábil e condições materiais necessárias para o bom exercício do livre pensamento e, conseqüentemente, de algum tipo de politização<sup>12</sup>;

ii) *Um aparato institucional em defesa de famílias destituídas de direitos*: o MTST, em Pernambuco, atende institucionalmente por “Associação de Amparo às Famílias Sem-Tetos”. Trata-se, portanto, de uma instituição que, por meio dos mecanismos institucionais disponíveis, busca resguardar os desamparados pela lógica de organização do espaço da cidade. Embora a institucionalização de práticas sociais constitua numa forma de engessamento da mesma (falaremos sobre isso mais adiante), não se pode vislumbrar nada totalmente fora do Estado e de suas leis, pois, mesmo com todas as suas ambiguidades, ele dispõe de instrumentos interessantes para, pelo menos, garantir a melhoria de vida das famílias sem-teto. A luta institucionalizada não se constitui num mal a todo custo, sendo útil em muitos casos. O que não se pode é encontrar nela o único caminho. É por isso que, ao lado da luta institucionalizada, o movimento efetivamente autônomo deve lançar mão de ações diretas (a respeito dessas questões também falaremos mais adiante).

---

<sup>12</sup> Como nos ensina a sabedoria popular: “de barriga vazia ninguém pensa”!

Continuando. Tendo demonstrado em que aspectos o MTST/PE contribui para a construção de uma outra cidade, não se pode negligenciar o fato de que sua atuação, pelo menos na RMR, ainda está permeada de entraves no que concerne à sua contribuição à efetiva mudança da ordem urbana hegemônica. Dentre esses percalços destacamos:

i) *Inconsistência projetual*: Como dissemos, na cidade, a situação que se pretende expurgar com a luta social é por vezes difícil de identificar. O mercado de terras e moradias e a própria especulação imobiliária que, a princípio, seriam os grandes vilões dos que não possuem o direito de morar, muitas vezes é reproduzido pelos mesmos sem-teto assim que conquistam suas moradias. É freqüente a venda de apartamentos nos conjuntos habitacionais de interesse social e até de barracos dentro das ocupações;

ii) *O modo de organização*: As coordenações locais reúnem-se bimestralmente com a Coordenação Estadual, composta por 11 pessoas (poucos indivíduos se levarmos em conta o grande contingente de famílias coordenadas). Essa Coordenação Estadual representa o MTST/PE junto à *União Nacional por Moradia Popular*<sup>13</sup> (UNMP). Mesmo defendendo as bandeiras e os bordões da auto-gestão, há uma forte relação de dependência por parte das famílias coordenadas para com seus líderes, o que implica na baixa politização do movimento.

iii) *Pouco protagonismo nas conquistas*: A forma pela qual é concedida a própria moradia pelos governos, por intermédio dos programas habitacionais, não leva em consideração que a casa deve ser o reflexo da individualidade de quem a possui, atendendo às suas necessidades materiais e espirituais mais íntimas. Quase nunca os sem-teto são ouvidos no processo de assistência por algum programa habitacional, como se eles não fossem capazes de saber e externalizar do que eles mesmos necessitam. E, muitas vezes, esse pouco protagonismo das famílias sem-teto é causado pela própria postura do movimento e das lideranças que, por “debaixo dos panos”, compactuam indevidamente com secretários e/ou articuladores sociais dos governos para que as famílias desocupem áreas e recebam em troca uma habitação qualquer. Para ilustrar esse pouco protagonismo, vejamos o que afirma uma ocupante e líder de uma das ocupações em entrevista – constantemente interrompida pela participação de outra ocupante – quando questionada

---

<sup>13</sup> A UNMP é uma entidade aglomeradora de movimentos que lutam pelo direito à moradia, por reforma urbana e auto-gestão. Tal entidade surgiu por volta de 1989 a partir do processo de mobilização e coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de iniciativa popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional para Moradia Popular no Brasil (Lei 11.124/05). Sua forma de articulação e organização possui forte influência do modelo de organização das antigas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), articulando grupos locais nas regiões metropolitanas.

sobre a atuação do coordenador maior do movimento, o reverendo – pastor da Igreja Anglicana – Marcos Cosmo:

[...] Ele é quem trabalha com a gente, o MTST, ele é quem vai à prefeitura, invade a prefeitura, invade o governo do Estado, invade tudo. Queima pneu aqui na frente, a gente teve várias vezes pneu queimado aqui {nesse momento a entrevistada é interrompida pela voz de outra ocupante} [Outra ocupante: Ele tem uma facilidade de falar com os governantes mais do que nós né? Aí teve uma passeata que a gente foi pra prefeitura. Então, a gente caminhou o Recife quase todo a pé. E lá só entrou ele e mais uma pessoa daqui da comissão]... Eu e Manoelzinho [Outra ocupante: Entendeu? Mas tudo é através dele, por que assim, ele até chegou lá na prefeitura e quebrou tudo. Num sei como deixaram ele subir, foi muito engraçado]... Agora a pouco quem tá trabalhando com a gente é Manoelzinho, o nome dele é Manoel. Desde o começo ele tá com a gente, e aí a gente colocou esse reverendo mas a gente sempre comunica à ele né? Quando é aqui aí ele manda uma pessoa dele, quando é pra prefeitura ele mesmo vai com a gente {ela é interrompida pela voz dos entrevistadores} [Entrevistadores: mas ele continua com o contato ainda forte com o movimento?]... É com o movimento. Lá mesmo é com o movimento que a gente entra {a outra ocupante mais uma vez interrompe a entrevista, afirmando em diversos momentos, as vezes até de maneira indignada, o fato de nunca ter participado de nenhum momento de negociação entre as lideranças do movimento e articuladores sociais da prefeitura} [Outra ocupante: Mas no caso, eu sou uma moradora daqui, simples, se eu for eu não entro... Se alguém entrar, aí eles tem que escolher uma ou duas pessoas, porque não pode entrar todo mundo, seria muita gente...] (Entrevista com líder da ocupação Lagoa da Conquista em 01/10/2011, em Recife)<sup>14</sup> (transcrito por nós) (comentários em chaves também são nossos).

*iv) Desgaste da luta após a conquista da moradia:* Geralmente, depois de conquistada a habitação, a coordenação do movimento passa apenas a acompanhar a antiga ocupação, o que faz com que ela perca, aos poucos, o ânimo de lutar pelo direito à cidade em sua plenitude, pois não aprendeu a “andar com as próprias pernas”.

Por fim, mesmo com os inúmeros percalços, não se pode omitir a importância do MTST/PE em Recife, sobretudo no que diz respeito à garantia de alguns direitos, faltando-lhe apenas transfigurar alguns elementos de sua estrutura e atuação para que sua luta seja efetivamente transformadora. E, como veremos mais adiante, por conta de certa autoconsciência de sua ineficiente atuação, o MTST tem, num movimento recente,

---

<sup>14</sup> Essa entrevista foi realizada pelos pesquisadores Patrick de Melo e Bruna Fidélis no âmbito da pesquisa de campo para a atualização do Sistema de Informações Georreferenciadas dos Assentamentos Populares da Região Metropolitana do Recife, realizada pelo Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais, sob a coordenação da Prof<sup>a</sup> Maria Angela de Almeida Souza. Não por acaso, o autor deste escrito também esteve envolvido nesse projeto, fato através do qual foi possível a visita à maioria das ocupações do MTST/PE e de outros movimentos na RMR.



gradativamente amadurecido em alguns aspectos, na tentativa de redefinir-se em termos de agente na produção e organização do espaço urbano, em direção, quem sabe – se pensarmos de maneira otimista –, a uma atuação enquanto sujeito histórico.

Como dito, o MTST/PE encontra-se, atualmente, filiado a UNMP, mantendo parceria com a *Secretaría Latinoamericana de La Vivienda Popular* (SELVIP), coordenando cerca de 48 ocupações em Recife, Região Metropolitana e no interior do estado federado, muitas das quais já assistidas por programas governamentais. O movimento realiza bianualmente um encontro Estadual (Figuras 07 e 08) em que são discutidos, juntos com as famílias e algumas outras entidades que lutam pela moradia, temas de importância para o movimento. Além disso, o movimento tem se articulado recentemente com a Organização Não-Governamental *Habitar para Humanidade*, a qual, por sua vez, desenvolve projetos urbanísticos alternativos, sob o conceito da *Produção Social do Habitat*<sup>15</sup> junto a comunidades carentes.



Figuras 07 e 08: **5º Encontro Estadual do MTST/PE, realizado entre os dias 26 e 29/08/2010**  
Autor: Otávio Augusto, 2010

Além dessas articulações, há também consolidadas parcerias com outras entidades não-governamentais, tais como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e a Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS) (Figura 09).

---

<sup>15</sup> A produção social do habitat é, a grosso modo, uma alternativa à conquista do direito de morar que não perpassa necessariamente pelos mecanismos de mercado, nem pelos mecanismos de concessão governamental, tendo o protagonismo social como base da construção das moradias.

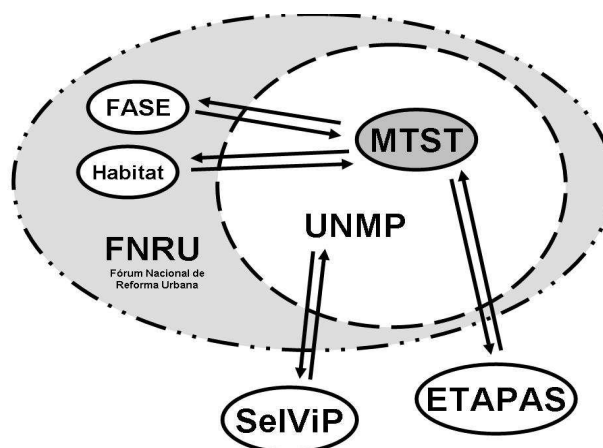


Figura 09: **Esquema das atuais articulações do MTST/PE**  
Elaboração: Otávio Augusto, 2010

A necessidade dessas articulações provavelmente adveio da consciência ainda que primária, por parte dos sem-teto, dos entraves impostos à concretização de melhores condições de vida para as famílias em muitas de suas experiências. Percebeu-se que é necessário ir além da ação tática, procurando adquirir um agir estratégico que só acontecerá mediante articulações interescalares. Essa tentativa de lutar em diversas escalas, atual característica do movimento, pode significar, de certa forma, seu amadurecimento. O líder Marcos Cosmo confirmou essa tese quando entrevistado pelo autor desse trabalho (dia 03/06/2010). Ao dividir a história do MTST/PE em períodos cronológicos, ele afirmou que o período entre 2000 e 2005 foi o de consolidação do movimento, promoção de inúmeras ocupações e intensa mobilização, e o de 2005 aos dias atuais tem se constituído como um período de amadurecimento, construção de articulações em outras escalas, reflexão em torno dos problemas urbanos e preocupação com a idéia de habitabilidade.

Todavia, hoje, no contexto de consolidação da administração petista – depois dos dois mandatos de João Paulo e final do de João da Costa –, a luta do MTST/PE ainda parece incipiente, pois em alguns momentos, parece haver certa harmonia entre lideranças do movimento, articuladores sociais e secretários da prefeitura. E as lideranças tentam colocar-se como autônomas ao governo municipal, mas, muitas vezes, não conseguem esconder o apoio ao PT e sua gestão, situação que pode implicar em cooptação ou limitação da ação política.

A propósito, a dependente relação existente entre movimentos sociais urbanos e partidos é um proplema relativamente antigo e demonstra a pouca autonomia desses movimentos no Brasil. Gohn (2008) fornece-nos uma importante reflexão sobre esta



questão ao analisar as novas abordagens teóricas sobre as ações coletivas na América Latina. Ela começa caracterizando a nova e contraditória conjuntura socio-política desse continente, em que os movimentos sociais possuem mais condições de organização e luta, dado o ambiente político reinante (as esquerdas no poder). Mas por outro lado, ela admite que esses movimentos acabaram perdendo sua força política junto à população. Gohn afirma que “[...] uma das hipóteses sobre a fragilidade dos movimentos sociais no Brasil, nesse novo milênio, é que eles perderam força política como agentes autônomos porque se transformaram em meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, práticas essas que são formas de controle e regulação da população” (*Ibidem*, p. 60).

De fato, as engenharias sociais desenvolvidas para a construção e funcionamento de fóruns e conselhos participativos, fizeram com que alguns movimentos sociais nascessem e se reproduzissem como resultado do processo de mobilização, e não anterior a ele, em contato com as demandas populares. O pragmatismo que invadiu o campo da política e os planos de ações do Estado fez com que o tratamento das demandas sociais passassem a se dar de uma maneira multifocal; o sujeito coletivo foi então dividido em múltiplos campos isolados, perdendo a força coletiva. Acabou que a interação com o Estado tornou-se a única maneira de lhes atribuir força. A possibilidade de emancipação ficou confinada aos espaços de resistência existentes, altamente canalizados pelo aparelho de Estado. Não lhes restaram outra alternativa senão o que está posto (*Ibidem*). Um exemplo desse tipo de engessamento da luta social urbana em Recife ocorre quando, por exemplo, ocorre a participação não autônoma de alguns movimentos sem-teto no processo de conquista de moradias. Quase nunca as famílias sem-teto são efetivamente escutadas e as moradias destinadas a elas, geralmente, têm muito mais a ver com uma relação de custo, produtividade e rentabilidade política, do que com suas necessidades e desejos. Outro exemplo neste sentido refere-se aos conselhos do Orçamento Participativo que acabaram canalizando e contendo as lutas de base territorial ainda existentes.

Além do problema da pouca autonomia, há também a questão da ausência de uma visão mais universalizante que vimos destacando não só enquanto um embargo na ação política, mas também nas próprias formas de interpretá-las. Além de congelar a luta social, essa visão confinada em localismos espaciais e temáticos também tende a cercear o debate sobre o acesso à moradia, fazendo-o ficar a parte do que anda sendo feito no resto da cidade. É por isso que quase nenhum movimento de luta por moradia possui posições concretas ao des-ordenamento contemporâneo proporcionado pelos planos estratégicos

urbanos – revitalização de centros antigos, estetização imagética de equipamentos públicos, obras em função de eventos esportivos, planos pontuais de desenvolvimento etc. –, mesmo com o grande impacto que eles exercem no acesso à moradia através do aumento dos preços dos solos urbanos e das habitações, e a consagração da cidade enquanto mercadoria e não como espaço para sociabilidades espontâneas.

Há, portanto, dois grandes embargos na atuação do MTST/PE em Recife: o primeiro refere-se a sua relação não autônoma com partidos e o Estado em suas diferentes esferas; e o segundo, a seu caráter particularista que restringe seu objetivo de luta além de especificá-lo. Creio que é possível a superação de tais embargos desde que o movimento empreenda um efetivo processo de amadurecimento, algo que só pode acontecer mediante: a concretização de um *projeto de autonomia*, tal como idealizado por Castoriadis e muito brevemente explicitado na nota de rodapé 11; e da construção de articulações para além de sua luta e do lugar de sua luta, num esforço de totalização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de agir conforme os princípios supracitados é extremamente importante em Recife, cidade onde os canais pseudo-participativos de gestão urbana apresentam-se como a grande conquista dos movimentos sociais. Mas a partir deles e da promiscuidade de algumas das lideranças desses movimentos, tem-se a mais pura forma de controle social e de engessamento das lutas. Diante disso, nada é mais evidente, e ao mesmo tempo necessário, do que a construção de uma nova práxis por parte dos movimentos e lutas sociais. Creio que o MTST/PE – e aí nos perdoem se a carapuça servir para muitos outros movimentos e lutas sociais – deve desenvolver uma nova forma de se fazer enquanto movimento social, uma forma onde a ideia de autonomia seja efetivamente levada em consideração. Acreditamos que se esse movimento passasse a não mais possuir outros compromissos que suas próprias demandas, sua atuação no processo de produção e organização do espaço da cidade seria muito mais forte e decisiva, pois ela não dependeria totalmente da disposição do Estado ou da estrutura econômica para levar a efeito seus interesses. Concretamente, isso poderia acontecer, por exemplo, na construção de brigadas ideológicas pela cidade ou nas ações diretas de autoconstrução de moradias, no desenvolvimento de redes de produção e comércio solidários etc. Ao lado da luta

institucional, não dependente dela, teríamos, então, num mesmo movimento, a ação direta auto-gestionada.

Mas a grande vantagem existente na concretização desse projeto reside, em última instância, na recuperação de uma luta de dimensão mais universalizante. O movimento que se propõe autônomo consegue ir de frente a fragmentação presente no pensar/agir contemporâneos, construindo uma práxis mais complexa. Uma visão universalizante faria com que o movimento sem-teto pudesse perceber, por exemplo, que um “teto” não se sustenta sozinho, que além da casa é necessário ter também a garantia de renda suficiente para manter a família e a própria casa, que é altamente importante também o direito ao entorno e ao conjunto de toda a cidade e que as lutas sociais não podem ocorrer separadamente.

Encerramos o presente escrito esclarecendo que boa parte de seu conteúdo são apenas reflexões parciais de um projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido junto a um programa de pós-graduação, não sendo, portanto, um tratado acabado, muito menos uma ideia finalizada. Desta forma, o que defendemos são posições que podem mudar e tomar outros rumos mais a frente. Particularmente, creio que a teoria e ação voltadas à transformação social (e aí incluo a geografia e todos os geógrafos que hoje possuem interesse e produzem conhecimento sobre o tema) devem ir além dos localismos espaciais e temáticos que encerram uma visão de totalidade e que a autonomia política é um caminho a seguir para todo e quaisquer tipos de luta contra todo e qualquer tipo de opressão.

## REFERÊNCIAS

"1900" (Novecento). Direção: Bernardo Bertolucci. Intérpretes: Gérard Depardieu; Robert De Niro; Dominique Sanda; Stefania Sandrelli; Donald Sutherland; Burt Lancaster. [S.l.]: Twentieth Century, 1976. 2 DVDs (245min), son., color.

ALMEIDA, R. G; GRANDI, M. S; MOREIRA, M. F. **Oikos, Ágora e Ekklesia**: uma introdução às fronteiras, pontes e “áreas de sombra” de um espaço ocupado por sem-teto (ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro). Revista Cidades, Presidente Prudente, N° 9, V. 6, 67-92, 2009.

BITOUN, Jan. **Movimentos Sociais e a Cidade**: questões relevantes para a Geografia Urbana. In: Tânia Fischer. (Org.). Poder Local: Governo e Cidadania. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1993.

\_\_\_\_\_. **Impactos socioambientais e desigualdade social**: vivências diferenciadas frente à mediocridade das condições de infra-estrutura da cidade brasileira: o exemplo do Recife. In: MENDONÇA, Francisco. Impactos socioambientais urbanos. Editora da UFPR. Curitiba, 2004.

- \_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais Urbanos e Trajetória do Urbanismo.** Revista Cidades, Presidente Prudente, Nº 11, V. 7, 67-77, 2010.
- BORJA, Jordi. **Movimientos Sociales Urbanos.** Buenos Aires: Siap-Planteos, 1975.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009 [1972].
- CASTILHO, Cláudio J. M. **Movimentos Sociais Urbanos e Construção do Espaço Cidadão em Lugares Pobres do Recife/PE:** uma história dos movimentos de bairro, conquistas e impasses, na busca da construção da cidadania. Revista de Geografia, Recife: UFPE-DCG/NAPA, Nº 2, V. 19, 29-61, jul/dez, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Possibilidades de Garantia do Direito à Moradia:** a experiência da Ocupação Josué de Castro – entre as dificuldades e a esperança da construção de um novo território! Revista de Geografia, Recife, Nº 1, V. 27, 58-81, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Processo de Produção Desigual do Espaço Urbano:** Recife – impasse permanente da coexistência de interesses da “cidade à acumulação de capital” e da “cidade à realização plena da vida humana”! Revista ACTA Geográfica, Boa Vista, Nº 10, V. 5, 95-113, 2011.
- CASTORIADIS, Cornélius. **Socialismo ou Barbárie:** o conteúdo do socialismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. **As Encluzilhadas do Labirinto I.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. 3.ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- CÉZAR, Maria do Céu. **As organizações Populares do Recife:** trajetórias e articulação política. Caderno de estudos sociais, Recife, v.1, n.2, p.161-182, jul./dez. 1985
- CORRÊA, R. L. **Espaço:** um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L (Orgs). Geografia: conceitos e temas. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 15-47.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO (várias edições 1999-2010).
- FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização.** 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999
- EVERS, T; MULER-PLANTENBERG, C; SPESSART, S. **Movimentos de Bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina.** In: Moises, J.A. (et all) Cidade, Povo e poder. São Paulo: CEDEC/Ed. Paz e Terra, 1985.
- FOUCAULT, Michel. Apêndice: **O Sujeito e o Poder.** In: Dreyfus, H. L. (org) Michel Foucault, uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão . 16.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. **“Outros Espaços”.** In: MOTTA, M. B. (org.). Michel Foucault: Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001 [1986].
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder.** 27.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009 [1979].
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GOHN, M. G. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 2008.
- GRANDI, M. S. **Práticas Espaciais Insurgentes e Processos de Comunicação:** espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. 2010. 476p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ, 2010.
- HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.** 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Espaços de Esperança.** 2.ed. São Paulo: Loyola, 2006a.
- \_\_\_\_\_. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 18.ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- HELLER, A; FEHÉR, F. **A Condição Política Pós-moderna.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 240p.
- JORNAL DO COMÉRCIO (várias edições 1999-2010).
- KONDER, Leandro. **O que é Dialética.** 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. **La Revolution Urbaine**. Paris: Gallimard, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Espacio y Politica**: el derecho a la ciudad. Barcelona: Península, 1976.
- \_\_\_\_\_. **De Lo Rural a Lo Urbano**. 4. ed. Barcelona: Península, 1978.
- \_\_\_\_\_. **O Direito a Cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].
- LESSA, S. **Lukács e a Ontologia: uma introdução**. Revista Outubro, São Paulo, n. 5, p. 83-100, 2001.
- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LUKÁCS, G. **Marx, Ontologia Del Ser Social**. Madrid: Ediciones Akal S.A., 2007.
- MAHMOOD, S. B; SANTOS, O. A. A. **Des-ordem Urbana e Comportamento da Pobreza na Região Metropolitana do Recife**: uma análise por e a partir do Sistema de Informação Georreferenciadas dos Assentamentos Populares (SIGAP/RMR). In: Anais do I Colóquio o Espaço do Habitat na Obra de Henri Lefebvre: do rural ao urbano, Natal/UFRN, 2011, 01-21.
- MOREIRA, Ruy. **As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades**. Revista GEOgraphia, Niteroi, Nº 3, V. 5, 59-69, 2001
- \_\_\_\_\_. **O Espaço e o Contra-espço**: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton (Org). **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 72-108.
- \_\_\_\_\_. **Pensar e Ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia, e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008.
- PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais no Brasil**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. 239p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente/SP, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Da Geografia às Geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. In: Ana Esther (org.) **A Guerra Infinita - hegemonia e terror mundial**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes/LPP/CLACSO, 2002
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A geograficidade do Social**: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. Revista da AGB-Três Lagoas, Três Lagoas, n.3, v.1, 2006a
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **De Saberes e Territórios**: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. Revista GEOgrafia, n. 16, v 8, 2006b.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, T. T. **Heterotopias Urbanas**: espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos sem-teto no Rio de Janeiro. Revista Pólis, V. 9, 293-313, 2001.
- RIBEIRO, A. C. T. **Movimentos Sociais Urbanos**: algumas reflexões. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Um diálogo interdisciplinar: espaço e movimentos sociais**. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon *et al.* **O Brasil, A América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas**. Vol. II. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008, pp.353-366.
- RODRIGUES, A. M. **Movimentos sociais urbanos e a questão da moradia**. Boletim de Geografia Teorético, Nº 21, V. 22, 173-6, Rio Claro: Unesp, 1992.
- RODRIGUES, C. M. L. **"Daqui Não Saio, Daqui Ninguém me Tira"**: estudo de caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-teto), para além da dicotomia entre identidade e estratégia. 2002. 144p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE, 2002.
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- SANTOS, O. A. A. **Movimento dos Trabalhadores Sem-teto em Recife/PE:** trajetórias e desafios no processo de construção de uma cidadania plena. 2010. 74p. Monografia (Graduação) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE, 2010.
- \_\_\_\_\_; CASTILHO, C. J. M. **Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) em Recife:** trajetória e desafios na construção de um território de cidadania plena. In: Anais do I Seminário Internacional e III Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Florianópolis/UFSC, 2010, 1600-1616.
- SANTOS, O. A. A. **Des-ordem Urbana e Movimentos Sociais:** o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto e suas Táticas em Recife/PE. In: Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro/UFRJ, 2011, 01-20.
- SOUZA, Marcelo Lopes. **Planejamento Urbano e Ativismos Sociais.** São Paulo: Ed.UNESP, 2004
- \_\_\_\_\_. **A Prisão e a Ágora.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Ativismos Sociais e Espaço Urbano:** um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon *et al.* O Brasil, A América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas. Vol. II. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008, pp.367-384.
- \_\_\_\_\_. **O Território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L (Orgs). Geografia: conceitos e temas. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009a. 77-116.
- \_\_\_\_\_. **Introdução:** A “Nova Geração” de Movimentos Sociais Urbanos - e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. Revista Cidades, Presidente Prudente, Nº 9, V. 6, 09-26, 2009b.
- \_\_\_\_\_. **Práticas Espaciais Insurgentes em um Mundo Globalizado:** da “revolução molecular” à política de escalas. Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e fazer geográfico. Curitiba: Ademadam, 2009c.
- \_\_\_\_\_; TEIXEIRA, E. T. **Fincando Bandeiras, Ressignificando o Espaço:** territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. Revista Cidades, Presidente Prudente, Nº 9, V. 6, 29-66, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Com o Estado, Apesar do Estado, Contra o Estado:** os movimentos sociais e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. Revista Cidades, Presidente Prudente, Nº 11, V. 7, 13-47, 2010a.
- \_\_\_\_\_. **Mudar a Cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.
- \_\_\_\_\_. **A Cidade, a Palavra e o Poder:** práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, 147-166.
- TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue:** política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989
- \_\_\_\_\_. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1994
- \_\_\_\_\_. **Poderemos Viver Juntos?** Iguais e Diferentes. Petrópolis: Vozes, 1998.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa** vol. I: a árvore da liberdade. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

---

Artigo recebido em 27/02/2012 e aceito em 07/04/2012